

Carla Baptista<sup>1</sup>

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas

carla.baptista@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8188-3567>

# *Os jornalistas amigos do Estado Novo: uma relação duradoura e não linear*

*The journalists friendly of the New State: a long-lasting and non-linear relationship*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_13\\_3](https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_3)

## *Resumo:*

Este artigo analisa as relações entre o poder e os jornalistas durante o Estado Novo. Fornece pistas para compreendermos quem foram os jornalistas com um papel relevante na construção e manutenção do regime e quais os modos de circulação habituais entre as direções dos principais meios de comunicação social e os cargos de poder. Apesar das diferenças que marcam a política de informação de Salazar e de Marcelo Caetano, a principal conclusão é a de que as pessoas foram substituídas, mas a dinâmica de relação entre o poder político e os *media* manteve o padrão anterior de lealdade política e pessoal.

**Palavras-chave:** Jornalistas; Salazar; Caetano; política de informação; Portugal.

## *Abstract:*

This article analyzes how journalists related to political power during the New State regime. It focuses on the journalists that were assigned important roles in constructing and maintaining the regime's longevity and who moved from media boards to high political positions. Despite the differences regarding the information politics of Salazar and Caetano, the main conclusion is that people were replaced, but the power dynamic maintained the former pattern of political and personal loyalty.

**Keywords:** Journalists; Salazar; Caetano; information politics; Portugal.

<sup>1</sup> Carla Baptista é docente na NOVA FCSH e investigadora no ICNOVA, nas áreas da história do jornalismo; jornalismo, política e sociedade; e *media* e género. É jornalista freelance e membro do conselho editorial da edição portuguesa do jornal *Le Monde Diplomatique*. A investigação que suporta este artigo é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

### No início era a censura

Os lugares ocupados e os papéis sociais desempenhados pelos jornalistas portugueses durante o Estado Novo são um tema complexo, que deve ser estudado com a preocupação de apreender o dinamismo que existiu ao longo das quatro décadas de regime autoritário em Portugal. A ditadura portuguesa caracteriza-se pela constância na orientação dos instrumentos criados para controlar e reprimir a liberdade de imprensa, fundamentalmente a censura prévia. Esta é a marca indelével e estruturante da relação entre o regime e os *media*. O Decreto-Lei nº 22 469 (1933) que instituiu a censura foi publicado no mesmo dia em que entrou em vigor a Constituição Portuguesa de 11 de abril de 1933. Enquanto a Constituição garantia a “liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma”, a censura iniciava o seu trabalho de eliminação das posições adversas no espaço público, incluindo as dos nacional-sindicalistas apoiantes da ditadura.

Os estudos de Cardoso Gomes (2006) demonstram como nunca existiu ambiguidade na relação de

Salazar com a censura. A criação do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, em março de 1940, indica a centralização do aparelho censório em Salazar, que o usou de forma alargada, mas seletiva, para silenciar os adversários políticos. As tensões que aquele investigador detetou no período de institucionalização da censura, entre os militares e os civis que dirigiram o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN, depois transformado em Serviço Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, SNI), criado em 1933, articulando censura e propaganda, ou as esperanças que alguns jornalistas e diretores alimentaram no novo regime constitucional para eliminar as muitas multas e suspensões ordenadas durante o período da ditadura militar (1926-33), rapidamente se desfizeram em pó e... mais multas e suspensões.

Marcelo Caetano conta nas *Mi-nhas memórias de Salazar* (1977) como Salazar desistiu do apoio dos diretores dos jornais mais influentes para publicitar e suscitar adesão ao seu projeto constitucional. Perante a resistência dos diretores em aceitar

a nova medida que exigia a publicação mandatória das notas oficiais do governo, recusou sequer tentar convencer pessoas habituadas a serem tratadas com deferência pelos políticos, como João Pereira da Rosa (diretor de *O Século*), Diniz Bordalo (diretor de *O Comércio do Porto*), Martinho Nobre de Melo (veio a ser diretor do *Diário Popular*), Bento Carqueja (*O Comércio do Porto*), Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Seara Cardoso (*Jornal do Comércio*), Fernando de Sousa (*A Voz*) e outros: “Que me importa o que eles dizem. Eu vivo perfeitamente sem tais apoios” (Caetano, 1977, p. 53).

Salazar abandonou cedo a ideia de mobilizar os jornais para apoiar a governação, um projeto que existia na altura em que discursou na inauguração do SPN, em outubro de 1933. Nesta ocasião, perante uma plateia de jornalistas, apelou à “colaboração dos maiores valores portugueses dispostos a trabalhar nesta cruzada, com alegria, com sentimento, com alma”<sup>1</sup>. Depois disso, delegou a tarefa

1 Oliveira Salazar. Discursos (1928-1934), vol. I, p 262.

em António Ferro, que o embaixador Franco Nogueira descreve como “o jornalista do Estado Novo”<sup>2</sup>. Aparentemente, bastava um.

A relação agreste que Salazar mantinha com os jornalistas, mais do que com os jornais, dos quais era um leitor voraz, e muitas vezes o primeiro censor, não significa que não compreendesse a importância dos *media*. O processo de criação de um “bloco de opinião nacional” (Tengarrinha, 2006, p. 178) correu sempre paralelo ao da governação e exerceu-se com violência contra quem lhe resistiu. Júlia Leitão de Barros (2005) apelida de “cerco ideológico” o ataque movido pelo SPN, em 1934, contra a imprensa da província. Depois de ler e inventariar esses periódicos, o SPN classificou-os politicamente como “situacionistas, simpatizantes, neutros, anti-situacionistas e jornais de classes”. Os jornais anti-situacionistas dividiam-se entre “perigosos”, “extremamente perigosos”, “habilitados” e “nefastos”. Aquela investigadora salienta o saldo favorável ao regime

que resultou da operação de “valorização” da imprensa de província:

*Num total de 54 transferências, 49 orientaram-se nesse sentido. Destas, 26 foram jornais classificados como neutros que passam a simpatizantes (24) e situacionistas (2). Na categoria dos jornais anti situacionistas também se transferem 16 títulos de jornais, em 1934, para o bloco de imprensa pró-regime: 2 passam a situacionistas, 7 a simpatizantes e 7 a neutros.* (Barros, 2005, p. 275)

Salazar compreendia que “politicamente, o que parece é!”<sup>3</sup>, mas o combate político repugnava-lhe. O termo “opinião pública” causava-lhe incómodo, como escreveu o jornalista Luiz Teixeira (1938, p. 117), um dos seus biógrafos, ao atribuir-lhe a frase: “Opinião pública não. Antes consciência pública. É com certeza uma coisa diferente, mas interessa-me com mais rigor, com mais justiça”. A sua política de informação foi por

isso mais uma “política de contenção, pacificação e despolitização de massas”, como refere Veríssimo (2003, p. 28) do que a grandiosa “política do espírito” sonhada por António Ferro. Ele próprio o reconheceu com ironia, quando na comemoração dos 10 anos de SPN, recordou os conselhos dados por Salazar: “Seja verdadeiro. Defenda o essencial. Proteja o espírito. Não gaste muito” (Veríssimo, 2003, p. 26).

### **O subalterno jornal também fala**

A estranha relação de Salazar com os *media*, capturada no essencial nos traços acima descritos, pode gerar equívocos. José Luís Garcia (2017) propõe um enquadramento epistemológico que não secundariza os *media* na história deste período. Os *media* podem ter sido subalternizados por Salazar enquanto instituições de poder e agenciamento, mas não foram subalternos no âmbito do projeto político do Estado Novo. O estudo da equação Salazar, o Estado Novo e os *media* tem ficado restrito a um “modelo de transporte, de comunicação transmissiva, de

2 Franco Nogueira, Salazar, vol. II.

3 Oliveira Salazar, Discursos, 1940.

Salazar para os *media* e dos *media* para as massas” (Garcia, 2017, p. 14). Os meios de comunicação e os jornalistas não foram apenas instrumentos, mas atores influentes que mantiveram com o regime relações multifacetadas, oscilando entre o combate, a colaboração e o clientelismo. As pessoas que ocuparam cargos de direção nos organismos oficiais criados para estruturar a política de informação, bem como nos principais meios de comunicação social, devem ser estudados enquanto executantes decisivos e inseridos num contexto cultural do qual o jornalismo era parte. A figuração que a política de informação foi tendo nas várias fases do regime reflete as relações existentes entre os seus vários interlocutores.

A narrativa académica dominante na história do jornalismo português tem sido a de sublinhar o papel de resistência desempenhado pelos jornalistas, sujeitos a um apertado dispositivo burocrático de controle noticioso, ao qual procuraram escapar recorrendo às estratégias possíveis naquele contexto. Escrever nas entrelinhas, fintar a censura, politizar algumas áreas do jornalismo, como a

cultura, o internacional e a economia, configuram expressões dessa atitude genérica de não adesão aos ideais do regime.

A invenção de um espaço de fuga integra o imaginário daqueles que procuraram desempenhar com dignidade o seu trabalho, evitando o colapso emocional, físico e financeiro causado pela intromissão censória. Este imaginário tem uma materialidade traduzida em práticas concretas e inscreveu uma memória épica e reconfortante para a maioria dos profissionais que, tendo ingressado na profissão em plena ditadura, nunca estiveram em sintonia com a orientação do regime. Alguns exemplos são a exploração dos recursos expressivos associados a géneros jornalísticos como a crónica e a entrevista; a aposta em reportagens focadas em problemas sociais com uma leitura política mas que não eram explicitamente sobre política; a ligação às Ciências Sociais para produzir um jornalismo mais contextual e interpretativo; a exploração de novos formatos, como as mesas redondas e os suplementos especializados que recriavam um simulacro de diálogo inclusivo de vários atores sociais.

*Os media e os  
jornalistas foram  
atores influentes  
que mantiveram  
com o regime  
relações, oscilando  
entre o combate,  
a colaboração e  
o clientelismo*

O jornalismo resistiu à desfiguração causada pela vocação que o regime destinava aos *media*, isto é, amplificar o seu ideário e impedir a propagação de ideias contrárias. Mas foi sempre um jogo desigual, com mais momentos de colaboração silenciosa do que de confrontação ruidosa. A retração com o regime é visível na desconexão voluntária dos temas políticos praticada por muitos jornalistas. A cobertura da atividade política exigia a observância de um conjunto de regras, algumas escritas e reguladas pela censura, a maioria informais. Passava pela adoção de fórmulas padronizadas de relato, repletas de laudas aos protagonistas, tratados com formalidade barroca. Qualquer ideia de polémica ou discordância estava interdita no noticiário político. Em entrevistas realizadas a antigos jornalistas, recolhemos vários testemunhos semelhantes ao de Veiga Pereira, na altura (1960) um jovem repórter de *O Primeiro de Janeiro*, advertido pelo subchefe de redação de que o seu relato sobre um comício da União Nacional era “extremamente frio e ia parecer hostil ao SNI” (Correia & Baptista, 2007,

p. 323). Para resolver o problema, o chefe acrescentou ao texto vigorosas palmas e entusiasmados vivas... que nunca existiram.

Os jornalistas com uma sensibilidade democrática recusaram fazer estes “serviços”, fosse a cobertura das sessões parlamentares, limitadas à transcrição dos discursos, todos alinhados, ou de atos protocolares, como inaugurações ou visitas ministeriais. Desafiar estas regras era impossível, mas recusar participar no jogo era tolerado. Entrevistado no âmbito do mesmo trabalho, o escritor e jornalista Urbano Tavares Rodrigues, que trabalhava para o *Diário de Notícias* contou como, num jornal conservador e “oficioso”, a ele e a outros lhes bastou dizer: “Não faço isso porque fere a minha dignidade” (Correia & Baptista, 2007, p. 322).

Essa tolerância permitiu manter a diversidade nos perfis editoriais dos jornais generalistas, dirigidos a públicos bem distintos. A censura foi bem sucedida em evitar a publicação de ideias contrárias e em invisibilizar o conflito, mas não conseguiu homogeneizar os conteúdos. Os jornalistas

mantiveram alguma curadoria sobre a sua produção, sobretudo nas áreas menos sensíveis. O regime conhecia os seus opositores e mantê-los semi vivos foi uma opção estratégica. Permitiu criar simulacros de abertura política e viabilizar, por exemplo, eleições não livres e não concorrenciais, um ritual cumprido tanto para as legislativas como para as presidenciais. Muitas das funções atribuídas ao jornalismo numa democracia foram suprimidas, entre estas escrutinar o poder e assegurar equidade na distribuição dos lugares de fala para manter plural o diálogo social. Outras mantiveram-se, e o jornalismo não morreu. Os *media* portugueses não deixaram de organizar uma fala comum, ou um mapa para guiar a vida social. O jornalismo nunca é um fim em si mesmo, adverte James Carey (1993, pp. 6-7) mas um meio para ativar um determinado “arranjo social”.

As memórias fortes dos jornalistas ativos neste período estão ligadas a episódios de resistência. Mas a vivência quotidiana das redações no tempo da ditadura também se fez, e talvez se tenha feito sobretudo de pragmatismo e acatamento. A política de informação

do Estado Novo não se cumpriu apenas com as ordens ditadas pelos censores militares. Exigiu uma rede perene de alianças, assentes em complicitades ideológicas e privilégios. Salazar teve poucos amigos jornalistas. Mas fez uma gestão cuidada dos lugares chave na cúpula dos *media*, foi um leitor atento de jornais e encarregou outros de cuidar dos aliados posicionados em empresas jornalísticas ou em organismos governamentalizados com objetivos comunicacionais, assegurando a sua lealdade. Compreender estas ligações é um gesto fundamental para quebrar com a ideia, segundo nós errada, de que Salazar governou sozinho e contra os *media*.

### **Jornalistas aliados do regime, amigos e propagandistas**

Este texto pretende esclarecer de que forma os jornalistas contribuíram para manter Salazar no poder. É uma questão de fundo que interroga aspetos da estruturação do campo jornalístico habitualmente desconhecidos na história da ditadura portuguesa. O propósito é sistémico e

ultrapassa a fulanização. No entanto, conhecer essas pessoas, as funções que desempenharam e o espaço de influência que ocuparam é relevante. Faz sentido perguntar quem foram estes jornalistas, tendo em conta a sua longa permanência nas direções editoriais ou nas administrações das empresas de comunicação social. Importa identificar o contributo que deram para assegurar que os meios que dirigiam se mantinham alinhados com a política salazarista e caetanista.

Defendemos que o jornalismo integrou e apoiou a política de informação do Estado Novo, contribuindo para a sua perenidade. A maioria dos estudos sobre a história do jornalismo português é feita a partir da perspectiva oposta, sublinhando a resistência, a dissidência, a prisão política, as tentativas para enganar a censura, o exílio como punição para desafios cometidos. Neste caso, trata-se de des-romantizar o exercício do jornalismo e olhá-lo nas suas rotinas e lógicas quotidianas, enquanto atividade regulamentada e sujeitada a uma ordem política.

José Nuno Matos (2017), indagando sobre o processo de formação de

um “escol” de jornalistas durante o Estado Novo, pergunta se a condição de jornalista estava mais associada a operários (proletários) ou a intelectuais (burgueses). O dissenso em torno da condição jornalística – se mais proletária, se mais intelectual – nunca foi resolvido, embora os elementos clássicos da sociologia das profissões apontem para a primeira hipótese. Durante o Estado Novo, o jornalismo foi uma “quase profissão”, mantendo ainda hoje alguns traços de “profissionalismo *flo*” apontado por Dennis Ruellan (1992). Sem um conhecimento especializado creditado por uma formação escolar, sem um ideal de serviço para a comunidade, sem autonomia editorial, os jornalistas estavam mais próximos do operariado do que das profissões liberais.

O capital financeiro e simbólico refletia este baixo estatuto social, tal como a própria debilidade do quadro associativo. A história da profissão está repleta de queixas contra baixos salários, vidas escravizadas pela acumulação de empregos, uma progressão lenta entre as categorias profissionais, reivindicações constantes por uma escola de jornalismo

nunca autorizada, e protestos contra a censura. Como se dizia na linguagem da época, o jornalismo “não tinha categoria” e só atraiu jovens universitários, incluindo mulheres, quando a luta política se fortaleceu contra a guerra colonial e começou a mobilizar mais jovens oriundos de meios burgueses. Tal ocorreu apenas a partir da segunda metade da década de 60 do século XX. Esta geração encontrou as redações ocupadas por velhos jornalistas, pouco escolarizados, muitos deles autodidatas, e iniciou a transformação da profissão, beneficiando do crescimento económico que permitiu a novas e antigas administrações renovar velhos projetos editoriais e criar outros de raiz.

Coube ao Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), criado em 1934 e tendo António Ferro como seu primeiro presidente – cargo que acumulou com o de diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) entre 1934 e 1937 – a tarefa de regular a atividade jornalística, definindo as condições de acesso e exercício da profissão. Este foi um primeiro movimento direcionado para anular a diversidade característica das

anteriores organizações sindicais. O modelo corporativo dos sindicatos nacionais estabelecido pelo Decreto-Lei nº 23 050 (1933), incluindo o SNJ, constitui o primeiro confronto sério da classe com o novo poder instituído. Foi um combate que Salazar ganhou por KO, com a rápida extinção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, fundado em 1924, mas herdeiro da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, que remonta a 1904. Os dirigentes do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, na altura presidido por Belo Redondo, jornalista do *Diário de Notícias*, despediram-se numa sessão que terminou encerrada pela polícia com palavras proféticas: “Os estatutos organizados dentro de tal sistema [corporativo] resultarão num instrumento que anula a nossa vida associativa” (Veríssimo, 2003, p. 43).

As associações sindicais anteriores ao SNJ eram heteróclitas, agregando jornalistas, mas também tipógrafos, compositores, desenhadores, fotógrafos, redatores, repórteres. A base de recrutamento incluía todos os que auferiram o seu salário trabalhando num periódico,

independentemente da função. A primeira vaga de sindicalismo corporativo manteve muitas assimetrias, mas iniciou a elitização do jornalismo. O objetivo era, por um lado, diferenciá-lo da condição operária que co-habitava as redações, por outro, separá-lo das associações de escritores e homens de letras tipicamente novecentistas. Estas congregavam sobretudo os intelectuais que escreviam em jornais (crónicas, textos de opinião ou literários) e não tinham uma vocação sindical, no sentido de organizarem a luta coletiva pela melhoria das condições laborais e de remuneração dos seus filiados.

O SNJ tomou para si a tarefa de reorganizar e enquadrar a profissão de jornalista, começando pelo óbvio: definir um *território* profissional, níveis salariais e regras de progressão. Até à década de 70 do século XX restringiu a condição de jornalista aos chefes e subchefes de redação, redatores, repórteres e fotógrafos de jornais diários; e aos correspondentes e redatores de agências noticiosas nacionais ou estrangeiras. Nomeou uma comissão constituída por representantes do Instituto Nacional

*O Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou para si a tarefa de reorganizar e enquadrar a profissão de jornalista, começando pelo óbvio: definir um território profissional, níveis salariais e regras de progressão*

do Trabalho e Previdência, do SNJ, do SPN e do patronato das empresas jornalísticas, iniciando o processo de negociação coletiva.

O movimento de profissionalização corresponde a uma fase de “separação de águas” entre os opositores e os apoiantes de Salazar no meio jornalístico. É o período em que nasce politicamente a primeira geração da “elite jornalística do Estado Novo”, na expressão de Helena Veríssimo (2003). Nas décadas de 30 e 40 do século XX assistimos à inscrição da circularidade entre pessoas, instituições e funções ligadas a atividades de controle e regulação dos jornalistas. A instituição que vai pilotar o processo é o Secretariado de Propaganda Nacional, instituído em 1933, dentro do qual foram criados os Serviços de Informação e Imprensa, em 1940. Em 1944, o SPN deu lugar ao Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), dentro do qual passou a existir, por sua vez, a partir de 1960, uma Direção de Serviços de Imprensa separada da sua gémea, responsável pelo turismo.

A extinção do SNI em 1968 e a sua transformação em Secretaria de

Estado da Informação e do Turismo (SEIT) manteve inalterável a lógica de funcionamento, marcada pela dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros e do próprio chefe do governo, fosse este Salazar ou depois Marcelo Caetano. Existiu sempre proximidade dos responsáveis máximos do SPN, do SNI e da SEIT com o presidente do Conselho de Ministros, com quem despachava diretamente, e estes organismos serviram como plataformas giratórias para a ocupação de outros cargos, por exemplo, altos cargos em novos órgãos de comunicação social, vide Emissora Nacional (em 1931) e RTP (em 1957).

Às lideranças destes organismos cabia fazer a articulação com os diretores dos jornais, convocados amiúde sob uma capa consultiva para diversos assuntos, de quem se esperava cumplicidade e lealdade na prossecução dos objetivos da política do Estado Novo. Juntos, constituíam uma guarda ideológica avançada, mobilizada para dar uma resposta adequada em vários momentos críticos da longa vida do regime.

Em síntese, as três frentes principais de recrutamento da elite jornalística apoiante do regime distribuem-se

nos seguintes níveis: um primeiro nível institucional, via SPN/SNI/SEIT; um segundo nível para-institucional, via Sindicato Nacional dos Jornalistas; um terceiro nível informal, via direções dos principais jornais diários, sobretudo o *Diário de Notícias* e *O Século*, da Emissora Nacional e da RTP. A estabilidade nestas três frentes não era idêntica, havendo mais imprevisibilidade nas direções editoriais homologadas pelo governo. Na Emissora Nacional e na RTP, ambas com direções nomeadas, o controlo foi exercido de forma férrea por homens de confiança direta de Salazar e de Marcelo Caetano. Considerando a vida tão longa do regime, foram raros os episódios de desafio aberto dos *media* contra as orientações oficiais, sinal de que estas alianças cumpriram o seu papel de robustecer o aparelho ideológico da ditadura.

**De Salazar a Caetano  
– mudam-se os nomes,  
permanecem as vontades**

De seguida, iremos detalhar o percurso de alguns dos principais

nomes integrantes da elite jornalística que serviu o regime a partir da ocupação de lugares-chave no campo dos *media*. As décadas de 30/40 do século XX correspondem à fundação e institucionalização do dispositivo de controlo dos *media*. Destaca-se a figura de António Ferro, que dirigiu o SPN e o SNJ. Fez parte da geração que fundou o salazarismo, esteticamente e discursivamente, juntamente com duas outras figuras tutelares, José Leitão de Barros e António Lopes Ribeiro.

O percurso de António Ferro é exemplar de uma fulgurante carreira político-jornalística: nos anos 20 foi jornalista de *O Século* e do *Diário de Notícias*, diretor da revista *Ilustração Portuguesa*, diretor do SPN a partir de 1941. Afastado do SNI em 1949, foi a aposta mais consistente de Salazar na área da propaganda oficial, representa a façção vitoriosa na disputa pelos lugares de poder criados durante a fase de institucionalização do regime. Outros jornalistas, por serem mais radicais, ou estarem ligados a fações que Salazar veio a reprimir, como o nacional-sindicalismo, foram afastados. Esta foi uma luta complexa,

relacionada com a génese e as especificidades do fascismo português. Santorelli (*apud* Costa Pinto, 1990) refere como o salazarismo criou aos estudiosos grandes dificuldades de enquadramento dentro da fenomenologia do fascismo. Sem movimento, sem mobilização de massas, sem revolucionarismo, o regime “teve uma base bastante restrita de recrutamento da sua elite dirigente, distinguindo-se pela acentuação do elemento tecnocrático de formação universitária” (Colloti, *apud* Costa Pinto, 1990, p. 704). Ao salazarismo faltou a “tensão totalitária” que marcou outros regimes fascistas contemporâneos, um traço discutível, mas compatível com o afastamento das correntes mais radicais de direita. Dentro da oligarquia dirigente criada para apoiar o regime, os jornalistas ocuparam um papel importante, mas periférico em relação ao círculo próximo do poder.

Um exemplo entre os jornalistas panfletários que Salazar excluiu é Fernando Homem Christo, primeiro diretor da Emissora Nacional entre 1934-35, período em que travou com António Ferro uma luta pelo controlo da estação. Homem Christo era um

antigo aluno de Salazar, em Coimbra, e tentou criar dentro da Emissora Nacional um serviço político destinado a transformar em propaganda todos os conteúdos, “quanto mais indireta e despercebidamente, melhor” (*apud* Ribeiro, 2007, p. 179). A sua visão era tradicionalista e abrangente, tendo sugerido a Salazar uma nova política de recrutamento de locutores baseada nas suas capacidades vocais para “dizerem as coisas políticas num tom másculo, imperioso, incisivo e quase dogmático” (*apud* Ribeiro, 2007, p. 180).

Salazar sanou o conflito entre os dois rivais de modo salomónico: afastou Homem Christo da Emissora Nacional, mas também não deu o lugar a Ferro, tendo convidado Henrique Galvão para assumir a direção da rádio pública. Enquanto António Ferro foi o verdadeiro “intelectual orgânico”, como definiu Reis Torgal (2005), Homem Christo integrou a geração dos republicanos conservadores. O seu percurso ilustra como o “fascismo de cátedra” (expressão de Pais de Sousa) ou o “frentismo” de Salazar conseguiu reciclar e posicionar apoiantes oriundos de uma

série de movimentos de direita e de direita radical, incluindo republicanos, integralistas, protofascistas, nacional-sindicalistas. Aqueles que não se integraram foram perseguidos e silenciados. Os que sobreviveram ocuparam posições-chave nos órgãos de comunicação social, desde uma panóplia de revistas às quais Alberto Pena (2007) apelidou “as sentinelas da verdade”, até cargos governamentais e outros.

Francisco de Paula Dutra Faria, diretor da Agência de Notícias e Informações (ANI) é outra figura primordial. Formado politicamente no integralismo lusitano, fez a transição para a União Nacional. Foi colaborador dos jornais *A Voz e Diário Popular*, tornando-se depois redator do SPN. Fundou a ANI (com Barradas de Oliveira e Marques Gastão), chefiou os serviços culturais da Mocidade Portuguesa (1943), onde organizou o setor da formação ultramarina e fundou uma escola de locutores.

Salazar manteve situacionistas militantes e propagandísticos fervorosos distribuídos pelos principais órgãos noticiosos. Exemplos são Manuel Múrias Júnior (pai) e Manuel

Maria Múrias (filho). O percurso deste último foi documentado por Francisco Rui Cádima (2009), destacando o papel que desempenhou enquanto chefe da Divisão de Programas de Informação e Atualidades e caracterizando-o como um “político funcional”, ou seja, um comissário do regime dentro da RTP. O pai Manuel Múrias (falecido em 1960) foi um precioso apoiante de Salazar no período da consolidação do Estado Novo. Dissidente do nacional sindicalismo, desvinculou-se deste movimento em 1928, juntamente com outros jovens como Pedro Teotónio Pereira e Marcelo Caetano, e passou a militar por Salazar a partir de 1933. Dirigiu vários jornais e revistas, incluindo *A Revolução Nacional* e *A Nação Portuguesa*, o *Ocidente* e a *Ação*, onde escrevia sobre o projeto de “reaportuguesar Portugal”. A partir de 1940, desempenhou o importante cargo de diretor do jornal oficial *Diário da Manhã*.

Este jornal, criado em 1931, quando Salazar era ainda ministro das Finanças, transformou-se no órgão oficial da União Nacional e foi um viveiro de jornalistas-propagandistas: o primeiro diretor foi

Domingos Garcia Pulido, integrante do círculo íntimo de Salazar, já que ambos se conheceram na Faculdade de Direito de Coimbra (Salazar era apenas dois anos mais velho). Apesar desta proximidade inicial, Salazar não tinha amigos entre os jornalistas, como bem atesta o destino de Garcia Pulido que apenas sobreviveu um ano à frente do *Diário da Manhã*, tendo circulado por cargos intermédios de vários ministérios. Seguiu-se na direção do jornal Manuel Pestana Reis (em 1943), outro ex-estudante de Direito em Coimbra, cuja base de recrutamento para o cargo terá sido o seu catolicismo ultramontano, com laivos antissemitas, que começou a ganhar relevo no diário *Correio da Madeira*, surgido em 1922. Fez o percurso habitual para um diretor de jornal oficial, cargo que desempenhou até 1956 e acumulou com outros, incluindo diretor do colégio da Casa Pia. Era frequente que quem ocupava altos cargos nas direções dos jornais colaborasse nos espaços de opinião na rádio e na televisão. Pestana Reis escreveu durante anos as “Notas do Dia”, curtas crónicas radiofónicas de doutrinação política difundidas

pela Emissora Nacional. Em 1971, quando o *Diário da Manhã* se fundiu com o moribundo *A Voz* para fundar a *Época*, o último diretor foi o jornalista Barradas de Oliveira, que transitou para o novo periódico oficial.

Os comentários na RTP foram sempre controlados, mas alguns jornalistas – obviamente salazaristas e, mais tarde, caetanistas – beneficiaram de suficiente confiança política para desempenharem esse papel. Na RTP, um deles foi Manuel Figueira, que foi até 1963 chefe da Divisão de Programas de Informação e Atualidades. Foi substituído em 1963 pelo já aludido Manuel Maria Múrias, por razões políticas descritas pelo próprio Manuel Maria Múrias:

*Eu fui parar à Televisão por o Manuel Figueira ter perdido a compostura política com a morte do Kennedy. Eu lembro-me de estar em casa de um amigo a ver Televisão – na altura eu nem sequer tinha televisão – e de ter ficado um bocado ‘lixado’. Achei incrível que o Figueira estivesse a fazer um estardalhaço com a morte de um sujeito que tinha*

*passado a vida a combater a política do Governo português. (apud em Teves, 2007, p. 29)*

O perfil mais jornalístico de Manuel Figueira, que se tornou chefe de redação e depois diretor do jornal *O Século* até 1975, um profissional respeitado pelos seus pares, permitiu que sobrevivesse ao 25 de Abril, embora viesse depois a ser afastado num plenário da redação realizado em pleno PREC (Período Revolucionário Em Curso).

As direções dos jornais diários eram preenchidas segundo uma lógica que misturava confiança política e competência profissional, com o primeiro fator a ser tão ou mais determinante do que o primeiro. Tal ocorreu não só com os diretores de jornais, em muitos casos figuras emblemáticas ausentes da vida diária do jornal, mas também com os chefes de redação, os verdadeiros obreiros da redação, a quem cabia negociar com a censura e com os principais cronistas, os raros autorizados a escrever crónicas parlamentares ou comentários políticos. Esse foi o padrão no *Diário de Notícias*, sob

a direção de Augusto de Castro, um dos representantes da ala intelectual e literária do jornalismo. Foi alterando o lugar cativo na direção do *Diário de Notícias* com a carreira diplomática. Contou com José Manuel Pereira da Costa como um dos seus chefes de redação. Mais tarde, nos governos presididos por Marcelo Caetano, foi João Coito, um profissional respeitado, a assegurar a ligação com o presidente do Conselho.

Outro exemplo do trânsito entre a direção de jornais e as chancelarias é Martinho Nobre de Melo, que veio do nacionalismo radical dos anos 20, era professor catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa, foi ministro dos Negócios Estrangeiros na I República e embaixador no Brasil durante o Estado Novo, tendo acabado diretor do *Diário Popular* entre 1958 e 1974. Embora Martinho Nobre de Melo fosse o diretor, a condução executiva e editorial efetiva era de Francisco Pinto Balsemão, que entrou em 1963 como secretário da direção e se manteve no jornal até 1971, data em que saiu após a família ter concretizado a venda do jornal ao Banco Borges & Irmão.

Numa época anterior, existe o exemplo de Luiz Teixeira: começou a carreira em 1925 no jornal *A Época*, passou pelo *O Século* e depois para o *Diário de Notícias*. É importante referir como o *Diário de Notícias* serviu amiúde como catapulta para cargos governamentais. Luiz Teixeira foi membro da Comissão de Programas da Emissora Nacional (outra acumulação frequente) e presidente do SNJ entre 1944-1949. É autor de um perfil de Salazar, editado em 1938. Esta foi uma das vias para conquistar proximidade, seja através de entrevistas (foi assim que Ferro conheceu Salazar, em 1931, quando realizou uma série de longas conversas publicadas em várias edições do *Diário de Notícias*), ou escrever livros (perfis, biografias) elogiosos do ditador.

Um outro caso de quem passou da carreira jornalística para o *inner circle* salazarista é Costa Brochado. Natural do Porto, foi jornalista no *Jornal do Comércio*, foi dirigir a imprensa do regime no jornal *A Verdade*, a convite de António Ferro, jornal para o qual entrevistou Salazar. Foi um verdadeiro jornalista-funcionário político, que usava os jornais para

doutrinação ideológica, e tornou-se secretário pessoal de Salazar.

Outras figuras do jornalismo com carreiras respeitáveis trilharam caminhos semelhantes, sendo a sua lealdade recompensada com a acumulação de cargos. Leopoldo Nunes, figura mítica do jornal *O Século*, onde assinou a crónica parlamentar durante décadas, inaugurou em 1930 a moda das biografias sobre Salazar, escrevendo um livro chamado *O Ditador das Finanças*. António Ferro, por sua vez, escreveu *Salazar. O Homem e a sua Obra* (1933), Costa Brochado assinou *Salazar e a Verdade* (1933) e, em 1949, o escritor e jornalista Ápio Garcia publicou *Surgiu... Salazar!* Outro exemplo de jornalista intelectual engajado é João Ameal, que escreveu em 1938 o livro *Construção do Estado Novo*. João Ameal, 3º conde de Ameal, monárquico, integralista, tornou-se salazarista e ajudou Salazar a fundar a Ação Escolar de Vanguarda, precursora da Mocidade Portuguesa. Colaborou com o *Diário da Manhã*, *Noite*, *Diário de Notícias*, bem como na Emissora Nacional e RTP. Dirigiu as publicações *Ilustração Portuguesa* e *Ação Realista*. Reis

Reis Torgal (2005) integra-o, juntamente com António Ferro, Augusto de Castro e Costa Brochado, no grupo dos “intelectuais orgânicos e políticos funcionais do Estado Novo”.

Para terminar, apenas uma breve incursão ao regime dirigido já por Marcelo Caetano, onde observamos mais continuidades do que ruturas no que respeita à política de informação e aos modos de relação com os jornalistas. Chegado ao poder em 1968, surpreende a forma como Marcelo Caetano manteve as mesmas lógicas. Existiu uma ativação do campo dos *media*, particularmente na televisão, a que Cádima (2019) chama a passagem “da invisibilidade de Salazar para a presencialidade de Caetano”, mas sem a criação de novas estruturas ou dinâmicas.

Enquanto Salazar teve o apoio de António Ferro no SNP-SNI, Caetano manteve César Moreira Baptista na Secretaria de Estado da Comunicação Social (SEIT), sendo que Moreira Baptista foi também diretor do SNI entre 1958 e 1968. Fazia parte da geração de marcelistas que vão ocupar os cargos disponíveis nos *media* para o pessoal político. Salazar contou

com Manuel Maria Múrias na RTP, Marcelo apostou em Ramiro Valadão como seu fiel escudeiro e ideólogo do regime, ajudando a neutralizar as tentativas de desviar a informação televisiva diária (o Telejornal em particular) para algo mais do que uma fastidiosa galeria de corta-fitas do regime. Valadão fez carreira no *Diário Popular* na década de 60, foi diretor da revista *Panorama*, fundada em 1941 por Ferro no âmbito do SPN e que, juntamente com outras revistas – *O Mundo Português*, por exemplo – serviu para arregimentar e fidelizar uma série de jornalistas e artistas a quem eram pagas avenças.

Ramiro Valadão foi diretor da *Panorama* a partir de 1946, diretor do SNI até 1960 e desde 1969 até ao 25 de Abril ocupou-se da renovação marcelista da RTP – saem os salazaristas, vários deles adversários de Marcelo Caetano (entre os quais, Manuel Maria Múrias), são valorizados os caetanistas. João Coito, chefe de redação do *Diário de Notícias*, era comentador assíduo da RTP desde 1961 e passou a estar em duas rubricas de comentário: “Letra de Imprensa” e “Notas do Dia”. O chefe da divisão de noticiários, um

*Com Marcelo  
Caetano  
observamos mais  
continuidades do  
que ruturas no que  
respeita à política  
de informação  
e aos modos de  
relação com os  
jornalistas*

cargo hoje equivalente ao de diretor de Informação, o que significava ser o responsável pela propaganda dentro da informação da RTP, foi ocupado por José Mensurado (apresentador do Telejornal, já era adjunto do diretor) e depois por Vasco Teves. A presença do comissário político Ramiro Valadão na presidência da RTP, amigo pessoal de Marcelo Caetano, libertou o cargo para perfis mais jornalísticos, embora dentro da linha ideológica do regime. Se a RTP mudou durante o marcelismo, e mudou, mas não é esse o objeto deste artigo, não foi no Telejornal que a inovação se fez sentir.

### Conclusão

Este texto responde parcialmente à pergunta “Quem eram e por onde circularam os jornalistas que ajudaram Salazar e Marcelo Caetano a manterem-se no poder?” Em fases diferentes da vida do regime e com participações e responsabilidades também diferenciadas, foram obreiros do Estado Novo, operários ideológicos, intelectuais orgânicos e construtores do regime. Promoveram modos de afetação com o poder político

e estabeleceram (parcialmente) o cânone da cultura e da prática jornalística. Conhecer os seus percursos e interações permite compreender a longevidade e a articulação entre as várias dimensões do Estado Novo sob um prisma diferente, que deixamos sublinhado como nota final: nunca foi a obra de um homem só, mas o trabalho de muitos.

### Referências bibliográficas

- Ameal, J. (1938). *Construção do Estado Novo*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Barros, J. L. (2005). O cerco ideológico do Estado Novo à imprensa de província. *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura*, 5/6, 265-300.
- Brochado, C. (1933). *Salazar e “a verdade”*. Porto: Livraria Educadora Nacional.
- Caetano, M. (1977). *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Cádima, F. R. (2009). Manuel Maria Múrias: um intelectual orgânico na RTP ao tempo de Salazar. *Comunicação & Cultura*, 7, 67-84.
- Cádima, F. R. (2019). Da invisibilidade de Salazar à presencialidade de Caetano: sobre os *media* a televisão e a ditadura em Portugal. *Media & Jornalismo*, 19(35), 197-209. [https://doi.org/0.14195/2183-5462\\_35\\_13](https://doi.org/0.14195/2183-5462_35_13)
- Carey, J. W. (1993). The mass media and democracy: between the modern and the postmodern. *Journal of International Affairs*, 47(1), 1-21.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho.
- Ferro, A. (1933). *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Garcia, A. (1949). *Surgiu... Salazar!*. Porto: Tipografia Portuense.
- Garcia, J. L. (Org.) (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L., Alves, T., & Léonard, Y. (Eds.) (2017). *Salazar, Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70.
- Gomes, J. C. (2006). *Os militares e a censura. A censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, J. N. (2017). Proletários ou profissionais? A condição de jornalista

- durante o Estado Novo (1934-1958). *Sociologia*, 34. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc34a2>
- Pinto, C. (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu – problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ribeiro, N. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*, 3, 175-199.
- Ruellan, D. (1992). Le professionnalisme du flou. *Réseaux*, 51, 25-37.
- Teixeira, L. (1938). *Perfil de Salazar. Elementos para a história da sua vida e da sua obra*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial.
- Torgal, L. R. (2005). Intelectuais orgânicos e políticos funcionais do Estado Novo (os casos de António Ferro, Augusto de Castro, João Ameal e Costa Brochado). In A. P. Pita & L. Trindade (Eds.). *Transformações estruturais do campo cultural português, 1900-1950* (pp. 87-113). Coimbra: Ariadne.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Teves, V. (2007). *RTP. 50 anos de História*. Lisboa: RTP.
- Veríssimo, H. (2003). *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva Coimbra.



*Direitos reservados*

*O fotojornalista Leonel Castro, na Guiné-Bissau, em reportagem durante o projeto Despojos de Guerra.*

*A fotografar Lama Baldé, 95 anos, ex-PIDE em Candabel, junto ao Corredor da Morte.*